

Prova pericial

Da Prova Científica à Prova Pericial

CARMEN VÁZQUEZ

Tradução:

VITOR DE PAULA RAMOS

Prefácio: GUSTAVO BADARÓ

2021



Rua Território Rio Branco, 87 – Pituba – CEP: 41830-530 – Salvador – Bahia
Tel: (71) 3045.9051
• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

Copyright: Edições JusPODIVM

Conselho Editorial: Eduardo Viana Portela Neves, Dirley da Cunha Jr., Leonardo Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

Capa e Diagramação: Maitê Coelho e Cendi Coelho

1189511

V199 Valoração Racional da Prova / Carmen Vázquez; (tradução Vitor de Paula Ramos) – Salvador: Editora JusPodivm, 2021.
528 p. (Raciocínio Probatório / coordenador Vitor de Paula Ramos)
Inclui bibliografia.
ISBN 978-65-5680-317-3

1. Direito Processual. 2. Provas. I. Vázquez, Carmen. II. Ramos, Vitor de Paula. III. Título.

CDD 341.4

A edição em língua espanhola é publicada pela Marcial Pons Ediciones Jurídicas y Sociales, S.A (Espanha).

Conselho científico da coleção: Jordi Ferrer, Carmen Vázquez e Luis Felipe Kircher.

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	39
-------------------------	----

CAPÍTULO 1.

A PROVA, O TESTEMUNHO E A PROVA PERICIAL. DO GÊNERO À ESPÉCIE	49
1. A prova pericial	49
1.1. A prova no direito	53
1.2. A prova pericial: o conhecimento técnico e o <i>expert</i>	70
2. O caráter testemunhal da prova pericial	82
2.1. O testemunho e a sua epistemologia	90
2.2. O reducionismo <i>versus</i> o não-reducionismo.....	97
3. Alguns pressupostos epistêmicos e o raciocínio probatório.....	108
3.1. A epistemologia jurídica	112
3.1.1. As regras probatórias	113
3.1.2. As crenças justificadas individuais.....	117
3.1.3. Os efeitos das crenças judiciais.....	123

	3.1.4. A verdade e o processo judicial	125
4.	A prova pericial e a justificação testemunhal	127
	4.1. Sobre a imparcialidade pericial	130
	4.2. Modelos de acesso do conhecimento técnico ao processo judicial.....	136
	4.3. Entre deferência e educação	144

CAPÍTULO 2.

A CIENTIFICIDADE E AS PROVAS PERICIAIS.

	A EXPERIÊNCIA ESTADUNIDENSE.	149
1.	A ciência, a cientificidade e a prova pericial.....	149
	1.1. O problema da demarcação	154
	1.2. Um ar familiar entre as ciências.....	160
2.	A experiência estadunidense	164
	2.1. A aceitação geral na área relevante	165
	2.2. A cientificidade da prova pericial	172
	2.3. A Corte Suprema no caso <i>Daubert</i>	176
3.	Os fatores <i>Daubert</i>	183
	3.1. A submissão a prova (<i>whether the theory or technique in question can be - and has been - tested</i>).....	186
	3.2. As publicações e a avaliação por pares [<i>whether (the theory or technique) has been subjected to peer review and publication</i>]	204
	3.3. A margem de erro (<i>its known or potential error rate, and the existence and maintenance of standards controlling its operation</i>).....	209
	3.4. Uma ampla aceitação da comunidade científica (<i>whether it has attracted widespread acceptance within a relevant scientific community</i>).....	214
	3.5. Um quinto fator	221
4.	Pós- <i>Daubert</i>	226
	4.1. O caso <i>Joiner</i>	227
	4.2. O caso <i>Kumho</i>	236

5.	E agora?.....	243
5.1.	A admissão <i>versus</i> a valoração da prova pericial ..	243
5.2.	O paternalismo epistêmico	249

CAPÍTULO 3.

A PROVA PERICIAL DE PARTE. POR UM MODELO EDUCATIVO	263
1. O testemunho do perito de parte	263
1.1. O perito de parte e as afirmações periciais	266
2. A admissibilidade das afirmações periciais	276
2.1. A informação técnica.....	279
2.2. O julgador dos fatos.....	287
2.3. O contexto processual	295
3. A produção da prova pericial de parte	304
3.1. O princípio do contraditório como ferramenta cognoscitiva do juiz e a epistemologia do testemunho	311
3.1.1. As máximas de experiência (ou o <i>background</i>) do juiz	322
3.2. A produção em contraditório de uma prova pericial	329
3.3. A produção em contraditório de uma prova pericial em relação com outras provas	338
4. A valoração da prova pericial de parte e a justificação testemunhal.....	343
4.1. A confiabilidade e o testemunho <i>expert</i>	347
5. A título de conclusão	359

CAPÍTULO 4.

O PERITO DE CONFIANÇA DOS JUÍZES. POR UM MODELO DEFERENCIALISTA	367
1. O perito do juiz e as razões interpessoais	367

2.	O juiz e o perito a ser selecionado	372
2.1.	A relação entre eles	375
2.2.	O perito como bom informante.....	385
2.3.	A prerrogativa epistêmica do juiz.....	391
3.	A designação do perito de confiança.....	395
3.1.	A confiabilidade do <i>expert</i>	404
3.1.1.	A autoridade teórica ou epistêmica	410
3.1.2.	O interesse encapsulado	424
3.2.	Alguns sistemas de designação judicial de peritos.....	431
3.3.	Alguns problemas na seleção do perito confiável.....	439
4.	A produção probatória do perito de confiança do juiz...	444
4.1.	O princípio do contraditório como garantia de defesa	448
4.2.	A (possível) acareação entre peritos	454
5.	A valoração do testemunho pericial confiável	458
5.1.	Os <i>standards</i> de prova jurídicos e os <i>standards</i> de prova das áreas de conhecimento	464
6.	A título de conclusão	470

CAPÍTULO 5.

ALGUMAS CONCLUSÕES PRÁTICAS	479
1. Dirigidas à cultura jurídica em geral	479
1.1. Nenhum indivíduo tem as capacidades suficientes para conhecer por si só o que em muitos indivíduos agora sabemos	480
1.2. Não há um método científico que permita distinguir as ciências de qualquer outra ativi- dade, que seja aplicado por todas as ciências e somente por essas e que, de alguma maneira, assegure a qualidade dos resultados	481

1.3.	A imparcialidade é uma questão que vai muito além da relação do perito com a parte que o contrata	482
1.4.	Seria útil ter maior informação sobre o histórico de <i>experts</i> em sede jurisdicional.....	483
1.5.	É necessário dispor de informação empírica sobre como estão funcionando nossos tribunais; entre outras coisas, que tipo de perícias são levadas a cabo, em quais processos são determinantes, quais são suas deficiências etc. ...	484
2.	Dirigidas ao legislador, <i>de lege ferenda</i>	484
2.1.	Sobre a admissão das provas periciais.....	485
2.2.	Sobre a produção das provas periciais.....	487
2.3.	Sobre a valoração das provas periciais e sobre a tomada de decisão.....	487
3.	Dirigidas aos juízes e tribunais.....	488
3.1.	Na admissão de uma prova pericial.....	488
3.2.	Na produção de uma prova pericial	489
3.3.	Na valoração da prova pericial.....	490
4.	Dirigidas aos <i>experts</i> e às comunidades <i>experts</i> que participam dos processos judiciais.....	492
4.1.	Uma maior participação substancial como comunidade, para além da participação individual de cada perito particular, permitiria um controle intersubjetivo das atuações dos <i>experts</i> na arena judicial.....	492
4.2.	Duas questões relacionadas à linguagem dos <i>experts</i>	493
4.3.	A geração de informação empírica	494
4.4.	A identificação de acordos e desacordos	494
5.	Para continuar trabalhando	494
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS		497